



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

SIMIANA REGINA DE SOUZA SANTOS DA SILVA

**RACISMO INSTITUCIONAL: A PSICOLOGIA E O EXERCÍCIO ÉTICO NO CUIDADO
DA POPULAÇÃO NEGRA**

PORTO ALEGRE

2017

SIMIANA REGINA DE SOUZA SANTOS DA SILVA

RACISMO INSTITUCIONAL: A PSICOLOGIA E O EXERCÍCIO ÉTICO NO CUIDADO
DA POPULAÇÃO NEGRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof.^a Rosemarie Gartner Tschiedel

PORTO ALEGRE

20/11/2017

Agradecimentos

Mãe e pai dedico esse trabalho a vocês, obrigada pelo apoio, vocês são a minha força para continuar, vocês me ensinaram a defender aquilo que acredito que é a igualdade e a justiça. Mãe, obrigada por ser a minha primeira mestra, me tornei a mulher que sou hoje me espelhando na melhor. Obrigada irmãos pela paciência, sem vocês eu não conseguiria. Obrigada família por fazer meus sonhos se tornarem possíveis. Agradeço às minhas supervisoras acadêmicas e locais: Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto, Carolina Nadler Silva, Maria Mônica Candal Poli, Sandra Torossian e Neuza Guareschi por compartilhar comigo experiências mágicas e ótimo aprendizado para minha formação. Obrigada à minha orientadora Rosemarie Tschiedel do trabalho de conclusão de curso pelo suporte e confiança. Vocês são lindas mulheres que me inspiraram durante a minha graduação e exemplos da Psicóloga que quero me tornar.

“Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.”.

Carolina Maria de Jesus

LISTA DE SIGLAS

B.O	Boletim de Ocorrência
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CREPOP	Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FACED	Faculdade de Educação
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FASE	Fundação de Atendimento Sócio- Educativo
FPE	Fundação de Proteção Especial
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
NAR	Núcleo de Abrigos Residenciais
NOB/RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
PET	Programa de Educação Tutorial
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPSC	Programa de Prestação de Serviço Comunitário
ProUni	Programa Universidade para Todos
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SIC	Salão de Iniciação Científica
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de conclusão de curso
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....	09
2-NARRATIVAS DO PERCURSO DE FORMAÇÃO.....	11
2. 1- Cenas da trajetória acadêmica	
3-REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	16
3. 1- A luta da mulher e a mulher negra nas Políticas Públicas	
3. 2- Movimentos Sociais	
3. 3- Movimento Negro	
4-O QUE AINDA NÃO FOI ABORDADO?.....	22
5-POLÍTICAS PÚBLICAS E COMO A PSICOLOGIA PODE ABORDAR AS QUESTÕES REFERENTES À POPULAÇÃO NEGRA E O RACISMO INSTITUCIONAL.....	24
5. 1- Psicologia na Assistência Social	
5. 2- Sistema Único de Saúde (SUS) e Assistência Social (SUAS): Igualdade e diferenças	
5. 2. 1- <i>Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</i>	
5. 3- Raça e etnia negra	
5. 4- Racismo Institucional	
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
7- REFERÊNCIAS.....	33

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso, realizado através de cenas da minha trajetória acadêmica, abordará questões sobre a interlocução da Psicologia e da Assistência Social em seus acolhimentos relacionados à raça/etnia negra.

Nosso objetivo é construir um novo olhar para o cuidado étnico e dar visibilidade aos indivíduos negros e às mulheres negras nos serviços públicos como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) apontando o racismo institucional nesses espaços e nos acadêmicos.

A bibliografia disponível relacionada ao atendimento, cuidado e acolhimento dessas populações, apresenta informações que demandam mais discussões e cuidado com esses indivíduos, pois há uma escassez de materiais e debates apontando o cuidado com a população negra.

Nos trabalhos científicos identificados sobre o tema, ainda há pouco embasamento teórico sobre o cuidado com as mulheres negras na política da assistência e carência em material específico que aborde e debata a vulnerabilidade da população negra, pois a maioria das pessoas que procuram esses serviços são negras. Por que não nomear esses indivíduos?

Para pontuar e problematizar questões da Psicologia na saúde pública e questões da Assistência Social, vou discutir tópicos sobre raça/etnia e gênero, além de relacionar populações vulneráveis aos tratamentos disponíveis.

Além disso, o intuito do meu trabalho é fazer com que os profissionais e estudantes apresentem mais cuidado com a população negra e respeitem sua produção de subjetividade a partir de seu contexto de vida. Portanto, é importante ter o conhecimento da vulnerabilidade destas populações, para que elas recebam o melhor tratamento em diversas instituições que as acompanham.

Palavras-chave: produção de subjetividade, psicologia, assistência social, população negra, racismo institucional.

APRESENTAÇÃO

Alisar o cabelo, (re)inventar o meu nome e outros elementos de idealizações que instituía para tentar esconder minha identidade, são práticas muito violentas para minha saúde mental. Tais fatores me acompanharam durante minha infância e adolescência, a vergonha da minha boca e nariz era algo constante.

É importante apontar que está sendo ainda, uma luta para a qual preciso me apoiar em outras mulheres e meninas negras que passam por essas situações do nosso cotidiano relacionadas ao racismo. Na tentativa de me proteger da sociedade fui redescobindo a minha identidade, tornar-me negra e ter a consciência crítica daquilo que sou foi relevante para a minha formação acadêmica.

A educação e o coletivo em geral apresentam a nós, da população negra, que não somos suficientemente dignos de pertencer a nenhum espaço. Essa imposição racista da sociedade nos acompanha durante o nosso crescimento com olhares e piadas que nos expulsam de lugares majoritariamente brancos como a Universidade.

Na minha trajetória atuei em áreas ligadas às políticas públicas vinculadas à rede na Assistência Social. Fui impelida a trabalhar em comunidades com maior índice de vulnerabilidade social o que se relaciona à minha trajetória pessoal.

Meus pais estão casados há quarenta e três anos, morei na Antônio de Carvalho, na Vila Ipê por dez anos. Depois passamos a morar na zona Sul, no jardim Urubatã. Minha mãe é professora do ensino fundamental, leciona na Restinga, na escola José do Patrocínio e no colégio Instituto de Educação e meu pai sempre trabalhou como funcionário público. Não somos uma família com vulnerabilidade social, porém é importante obter a consciência crítica sobre a minha raça/etnia e seus atravessamentos pela sociedade.

Meus pais são pessoas simples e priorizaram aos filhos uma boa educação, admiro-os muito por isso, eles são ótimos modelos como cidadãos conscientes da nossa negritude. Meus irmãos são meus exemplos, todos são formados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Medicina, Engenharia Elétrica e Ciências Sociais foram os cursos escolhidos por eles.

Sou cotista com muito orgulho e acredito que ações afirmativas como esta vêm tentar reparar uma dívida histórica da sociedade com a população negra. E, após dez anos, vejo crescer a compreensão sobre as cotas entre alunos e professores, porém há barreiras e discussões que ainda devem ser realizadas. No terceiro semestre do curso de Odontologia, há uma disciplina de Psicologia Geral. Nesse momento eu senti despertar um interesse pela

Psicologia que foi amadurecendo com o passar do tempo. Desta maneira, entrei na Psicologia através da transferência interna.

Entre no PET- Psicologia que é Programa de Educação Tutorial, o qual é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente. O professor Amadeu Weinmann é o tutor do grupo atual.

Quando entrei no programa, a professora Gislei Lazzarotto era tutora do PET, além desse trajeto, a docente fez parte da minha história na psicologia e mudou a minha vida, afetuosa e dedicada, a professora é uma pessoa sensível e disposta a aprimorar nossas perspectivas de vida, despertando reflexões do cuidado de si para traspor ao outro, uma ética suficientemente viável para mudar a sociedade em que vivemos.

Durante a faculdade fiz parte também de grupos de pesquisa. Apresentei no (SIC) Salão de Iniciação Científica dessa universidade, o projeto da professora Lilian Cruz sobre o acolhimento na Assistência Social. A professora Lilian é uma grande conhecedora do campo da Assistência e Psicologia, foi extremamente relevante para a minha formação fazer parte de seu grupo.

Desde o início da graduação, a vertente da Psicologia articulada com Assistência Social chamou minha atenção, pois a inserção do psicólogo nas comunidades com as populações em vulnerabilidade social promove o diálogo entre sujeitos de contextos distintos, possibilitando intervenções que respeitem o sujeito sua condição e singularidade a partir do contexto de suas famílias e sua subjetividade. Nesses locais propõem-se intervenções, visando à superação das vulnerabilidades sociais, investindo no construir singular dos usuários e apropriação como protagonistas de suas conquistas e afirmação de direitos, tornando-se mais autônomos.

Acima de tudo, o que mais me aproximou da Psicologia foi a visualização da forma que o meu trabalho pode ajudar outras pessoas e criar vínculos com elas.

Esta vontade cada vez aumenta mais com o curso, no qual eu me sinto satisfeita e vejo que encontrei meu caminho profissional. Além disso, é uma satisfação pessoal ser referência para as mulheres negras com quem eu trabalho.

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) representa a finalização do processo acadêmico no Curso de Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O trabalho visa analisar como a Psicologia, na articulação com Assistência Social e a saúde pública, aborda as demandas como a temática racial e as questões relacionadas ao feminismo e suas especificidades. Vou revisar as referências teóricas onde especificam as questões relacionadas à população negra. Além disso, irei abordar assuntos sobre o racismo, movimento negro, feminismo, gênero, oferecendo maior evidência para esses coletivos sociais, com o objetivo de propiciar maior visibilidade e, conseqüentemente, melhor assistência para esses grupos.

As populações mais pobres do país são as que necessitam dos serviços públicos e a população negra, compõe grande parcela deste público, daí a importância desta análise. Entretanto, há pouca alusão à negritude em referências e documentos para os profissionais que atuam nesses campos.

Vivemos em um país cujas diferenças sociais e questões relacionadas ao preconceito e racismo são ainda muito presentes. Como poderíamos mudar o nosso olhar? Por que não abordar esse tema com alunos e profissionais?

Acredito que como profissionais, nós poderemos oferecer maior benefício a esta população, respeitando a singularidade composta por esses indivíduos se trabalharmos na perspectiva de uma produção de subjetividade mais coerente com a realidade da população brasileira.

Potencializar programas como as ações afirmativas, grupos feministas e a construção de debates com as pessoas que frequentam os locais públicos é uma tentativa para conquistar a emancipação e incentivar os indivíduos para respeitarem suas subjetividades e fazer com que os considerados marginalizados sejam integrados em uma sociedade que ainda se mostra injusta e opressora.

O meu TCC foi construído a partir do meu percurso das vivências na UFRGS e, dessas narrativas, surge a temática relacionada à questão racial no que se refere a sua pequena abordagem na academia e em nossos campos de estágio. A não problematização das referências às questões raciais foi o motivo para querer questionar essas relações no meu trabalho. É um desafio abordar o que está sendo construído a partir de uma narrativa particular.

Percebi, enquanto acadêmica de Psicologia, que as questões raciais acabam sendo pouco abordadas e que neste aspecto poderia agregar valor, considerando a presença e vulnerabilidade da população negra. Dessa forma, pude perceber que seria pertinente olhar para aquilo que me afeta como estudante de Psicologia e negra.

Os locais dos estágios da minha formação acadêmica foram compostos por um viés mais da área social, contemplando a clínica ampliada. A clínica ampliada (CUNHA, 2005) articula-se com a gestão do local e com um contexto institucional em que estamos inseridos, pois a maioria da população brasileira é composta por pessoas de baixa renda e com poucas oportunidades de emprego, com questões relacionadas à violação de direitos. Para a população negra, a violação de direitos é ainda agravada pelo racismo, pois apesar de velado, ainda é evidentemente existente.

É importante analisar outros aspectos no que tange as discussões sobre as distintas formas de tratamento de cada cidadão que respeite sua singularidade e provoque uma reflexão crítica de sociedade que não é justa e equânime.

No próximo tópico vou delinear algumas cenas que abordam o racismo em meus campos de estágios para articular com a mensagem que quero introduzir em meu trabalho

2- NARRATIVAS DO PERCURSO DE FORMAÇÃO

2. 1- Cenas da trajetória acadêmica

Ponto aqui algumas cenas vivenciadas nos meus campos de estágio. Analiso que essa ferramenta de ilustração em alguns espaços dos quais fiz parte é um alicerce potente para a nomeação e compartilhamento dos sentimentos de impotência que muitas vezes me acompanharam nessa estrada acadêmica.

Quero deixar claro que não são críticas sem embasamento e sim, uma forma de potencializar uma análise crítica para que seja potente o cuidado com os sujeitos que procuram esses serviços e para os profissionais terem mais consciência e cuidados com as pessoas que os cercam.

Além disso, as pessoas confundem que a prática de se pontuar a discriminação e apontar as desigualdades do povo negro são uma forma de racismo, porém apresentar o discurso da neutralidade e disseminá-lo, é uma maneira de privilegiar um determinado grupo em relação a outro mais vulnerável.

Quando comecei a estudar Odontologia achei o curso interessante, porém posteriormente comecei a me questionar se era com o que eu realmente gostaria de trabalhar, pois não há autonomia entre os estudantes e sentia falta das disciplinas direcionadas para uma perspectiva mais social, próxima das pessoas. A minha ansiedade de transpor os muros da academia, iniciou nessa época.

Além disso, a falta de coleguismo dos parceiros de sala de aula me entristecia, pois achava que ao entrar no curso o qual todos escolheram como profissão para sua vida, a competitividade ia cessar. Também, sentia alguns olhares de desprezo e reprovação por parte dos colegas e inclusive dos professores, lembretes cotidianos que me avisavam que aquele não era meu lugar. Como assim, uma mulher negra querer ser dentista? A mensagem que eu sentia era essa.

No primeiro dia de aula, já fiquei constrangida com uma cena bem embaraçosa. Estava passando um vídeo do dentista: homem e branco, obviamente e sua assistente negra. O vídeo estava mostrando a ergonomia correta do profissional de odontologia. Duas colegas não estavam preocupadas com o vídeo e sim com a aparência da assistente do dentista. Uma mulher negra e gorda que elas acharam que “ela não deveria estar naquele vídeo”, “ela tem um pezinho na cozinha né?”, “Noosssaa, ela parece uma cozinheira mesmo” “ela é a empregada ou a assistente do dentista?”. Esses discursos, além de desrespeitosos com o lugar do profissional, apontam um racismo institucional. Discurso inconsciente do racismo que a camada da classe social média e alta reproduz quando se depara com o diferente, descuidando da produção de subjetividade que acompanha todos individualmente.

Souza (2010) refere que o racismo institucional é uma reação naturalizada de uma estrutura branca sem a intenção de ser racista, entretanto produz implicações desiguais em suas instituições, provocando consequências para enfrentar e denunciar o racismo por movimentos que não toleram qualquer tipo de discriminação. Além de apontar os mecanismos de opressão reproduzidos na sociedade e no trabalho que são legitimados pelas pessoas.

Outra forma de apontar o racismo institucional que presenciei é a forma de punição dos adolescentes e crianças de um abrigo na zona Sul, a forma de castigo era por meio de Boletins de Ocorrências, para qualquer ato de transgressão era feito um B.O, obviamente os adolescentes “problemas” eram os meninos negros. Portanto, quero ressaltar que além da violência dessa prática realizada nos abrigos, em alguns casos a diretora chamava a polícia e fazia o testemunho do ato da criança, os B.O’s das crianças ficam no Plano Individual de Atendimento (PIA). Uma das componentes de direção do abrigo é uma mulher negra, porém nos boletins era classificada como de raça branca. Para mim isso é muito grave e naturalizado por todos que trabalham nesse ambiente, inclusive pela própria diretora que já naturalizou essa posição de autoridade e branca.

Como atuei com crianças, foi importante conhecer documentos como a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 (BRASIL,1990). A partir de apontamentos retirados desses materiais, evidencia-se que o

tratamento oferecido a crianças e adolescentes passou por modificações significativas, tornaram-se reconhecidos como sujeitos de direitos. Porém, a impregnação de um tratamento traz resquícios de um tratamento desigual ainda é presente nas instituições.

Em um projeto de extensão da Universidade em que trabalhei com jovens cumprindo medida socioeducativa, os adolescentes são considerados ameaças para a população, quando é pobre e preto, essa situação piora, os tratam como perigosos e ameaças para sociedade. O desmonte da Assistência Social na troca de gestão das políticas é algo estarrecedor e triste. Infelizmente é um ano atípico para o programa, estão comparecendo poucos adolescentes para cumprir medida na unidade de execução da Universidade.

Além disso, o perfil dos adolescentes no programa é majoritariamente negro e é necessário discutir isso entre a equipe e com os jovens. A raça é um marcador social para o reconhecimento de si e da cidadania. Evitar discutir esse assunto da negritude é, também, desviar e optar por uma natureza com um cunho inconscientemente racista. Segundo Bento (2002) “... mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura..., o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada...” (p.3). Concordo com a autora, pois a mesma faz um esboço dos locais de trabalho que não abordam os assuntos sobre as questões raciais, e falar sobre esse tema é muito relevante e pertinente.

Por outro lado, no texto de Coimbra e Nascimento (2005), “Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?”, aborda as questões sobre a juventude pobre, porém não nomeia qual é esse jovem perigoso que elas estão mencionando, já que se trata de jovem favelado e do barraco, é importante narrar que esse jovem é o jovem negro da periferia, que está morrendo, sendo torturado e encarcerado. Uma das autoras é referência da Psicologia Social por sua luta contra a ditadura militar, porém ela realizou uma fala extremamente racista no movimento de ocupação da Psicologia. Infelizmente, pessoas influentes como a autora deveriam ser mais conscientes e cuidadosas ao falar do povo negro, entretanto as pessoas/autoras abordam marcadores sociais como a classe social, omitindo questões como a raça/etnia e quando citam o assunto são extremamente ignorantes, por essa razão, o meu intuito de apresentar esse tema em meu TCC.

Seguindo, os adolescentes representam um risco, a polícia e a sociedade os tratam como perigosos e um risco para a sociedade. Dessa forma, vou narrar o cotidiano de dois jovens que já cumpriram medida no programa.

Os jovens D. e L. são negros, estudantes e trabalhadores, são egressos do programa da UFRGS, eles conversam com a equipe sobre a vida, suas carreiras, seus sonhos e medos. Eles

estudam na escola técnica Mesquita na Zona norte da capital, o Mesquita é uma escola técnica que oferece alguns cursos como elétrica e informática. É um colégio particular e os jovens conseguiram bolsa de estudos. Lá a maioria dos alunos que estudam são brancos, D. e L. são jovens conscientes de si quando percebem quando são os únicos que são autuados pela polícia quando estão com seus colegas. Eles denunciam o racismo e a violência praticada por policiais perto da escola. Eles relatam que são perseguidos e humilhados e na tentativa de explicar que são trabalhadores e estudantes, as autoridades ficam mais violentas e são abertamente racistas, apontando que ali não é lugar deles.

Além disso, pessoas brancas que os conhecem, como os professores, precisam interferir para os jovens não serem presos, quando isso acontece, então é legitimada a palavra dos jovens.

Os negros sofrem perseguição e racismo por parte da polícia e juízes, e me questiono por qual motivo não falar sobre isso em reuniões nas instâncias que atuam com esses adolescentes.

No programa de extensão da UFRGS, há formulários de acolhimento e acompanhamento desses jovens. Além disso, há alguns mapas descrevendo cada jovem, a sua idade, o seu ato, porém pude perceber que o marcador raça muito pouco é debatido, fico pensando o porquê de não nomear esses jovens negros? A maioria na FASE é de jovens negros, a maioria cumprindo medida socioeducativa é negra e no presídio central é composta por homens negros.

A conscientização de si e o debate sobre o racismo na sociedade é algo que estou trabalhando com os jovens do programa. Percebo que, apesar da unidade receber jovens negros, não há muita reflexão sobre o assunto, entretanto algumas mudanças de olhar da equipe estão sendo construídas. Como Cuti (2010 p. 8) aborda nesse trecho:

A intenção de não empregar a palavra "negro" para caracterizar tal produção [da arte negro-brasileira] foi proposital, e ainda é. Mas nem tudo nessa atitude é assim. Negros e mestiços que desejam que o racismo desapareça por um passe de mágica igualmente utilizam o [termo] "afro". Logo, todas as consequências funestas do racismo podem ser encobertas, ou melhor, não lembradas e, portanto, não sofridas ou ressofridas..."

Segundo o autor é relevante afirmar-se negro, pois é um ato político, e, também, é não calar-se diante das injustiças e expor o falacioso mito da democracia racial como esses jovens apontam sobre a polícia. É expor a discussão sobre o racismo e questionar o poder que as autoridades exercem sobre os jovens que precisam seguir em frente.

A cena que vou narrar a seguir é um relato de oficinas de família de um dos CRAS no bairro Restinga. A Restinga é um bairro de periferia com muitas facções rivais, o bairro é distante do centro de Porto Alegre e as famílias em sua grande maioria, de negros e pobres.

A proposta dos encontros foi uma conversa com os pais/responsáveis, e uma maneira de aproximação destes com o lugar: as salas, os refeitórios do local em que os filhos realizam suas atividades. Também é uma forma de conhecer osicineiros e técnicos onde os filhos têm atividades. Debates alguns pontos sobre a violência, educação e respeito com as crianças e seus familiares.

Foi interessante a participação dos pais no primeiro encontro, como já mencionado, frequentam o Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) crianças negras e com elevado índice de vulnerabilidade social.

Todavia, gostaria de destacar a rigidez dosicineiros, pois me pareceu um regime militar, comentários como “estou de olho em vocês”, um moralismo que, de certa forma, me deixa irritada. Questionei-me se essa postura continuaria em outro contexto, em uma escola de bairro “nobre” onde as crianças geralmente são brancas.

Houve alguns pontos como a divisão em grupos por faixa etária: grupo 1, 2, 3, 4; divisão de sexo: primeiro entraram os meninos, depois as meninas, e me pergunto: “é necessário dividi-los?”. Considero essa prática como um controle e uma rigidez semelhante às Instituições Totais como escolas e prisões.

Outraicineira repreendeu uma criança (negra) que não estava fazendo nada, só estava ao lado de outros meninos (brancos) que estavam conversando, ela repreendeu justo o menino que não estava fazendo nada, ela retirou a criança do lugar e colocou em outro lugar, mais atrás do grupo, achei aquilo uma humilhação, visto que, foi injusto e desnecessário e inconscientemente racista por parte da adulta e educadora.

Além disso, no mesmo local de estágio pude perceber que o Estado não é laico, pois em um local que a maioria das pessoas tem como a religião a matriz africana como o Batuque e a Umbanda, no SCFV os educadores e as pessoas que trabalham na cozinha, fazem com que as crianças rezem o pai nosso antes e após as refeições. Instituir a oração como essa e outras orações, desconsidera as concepções das diversas religiões existentes, inclusive a afro-brasileira e viola a liberdade religiosa da população.

Uma das estratégias é compartilhar as crenças de todas as crianças entre seus colegas, dessa forma, contribuiria para expandir os conhecimentos das crianças para outras religiões e não impor uma oração sem a devida discussão e os conhecimentos daquelas palavras.

Realizei meu estágio em um abrigo na zona Sul de Porto Alegre. O estágio foi o mais difícil, pois demandava muita estrutura psíquica para suportar os pontos delicados das crianças, não só pelo abandono por parte do Estado e dos pais. Trabalhar na instituição também é suportar a precarização da instituição que afeta os trabalhadores e as crianças. Apesar de tempos difíceis foi um ano de mudanças, desafios e conhecimento. Estou na academia para aprender, ter experiências novas e os estágios oferecem essas oportunidades e subsídios para trilhar a jornada acadêmica de cada um. Nesse ano consegui sair da minha zona de conforto, trabalhando com crianças. Foi um ano de desafios, pois consegui realizar tarefas que não são do meu interesse pessoal, porém precisei passar por isso para o meu crescimento.

Contudo, foi nessa época que percebi algumas diferenças do cuidado com crianças, principalmente com as crianças negras.

O primeiro ponto foi a observação do (des)respeito quanto à religião africana da família de dois irmãos que, empolgados levavam relatos ao abrigo depois de um tempo na casa da mãe, porém eram castrados quando abordavam o assunto, não há a imparcialidade nos assuntos religiosos impondo a religião cristã aos acolhidos.

Para as meninas percebi uma maneira de embranquecimento do cabelo delas, (des)cuidando com o cabelo afro das meninas. O cuidado com os cabelos crespos era transformá-los em cabelos alisados ou presos. Pude de uma maneira sutil desconstruir as questões do cabelo afro, conversas realizadas principalmente com as adolescentes para fazê-las se sentirem bem consigo fazendo-as se identificarem comigo, (ADICHIE, 2017). São dois pontos de discussão que se devem ao atravessamento de uma sociedade branca e desigual.

Para finalizar as minhas cenas do estágio, gostaria de retomar que o meu discurso não foi para criticar o trabalho das pessoas com quem atuei, são apontamentos de cuidado e respeito que devemos ter com as pessoas negras, ainda mais com crianças e adolescentes, respeitando suas singularidades em formação.

3- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3. 1- A luta da mulher e a mulher negra nas Políticas Públicas.

O objeto de discussão que se apresenta sobre a invisibilidade das questões raciais na assistência é o mote que pretendo discutir no presente trabalho. De quais mulheres estamos falando? As mulheres que necessitam do serviço do SUAS e SUS são mulheres de baixa renda e majoritariamente mulheres negras. Por que não nomeá-las?

A minha experiência pessoal não define quem eu sou, para isso, é relevante olhar para o coletivo e respeitar a subjetividade dos meus colegas negros e dos jovens que vão ingressar na faculdade. É importante ter um olhar crítico e político para as questões referentes à negritude e à universidade, pois o espaço universitário adocece os estudantes negros, que precisam lidar com comentários e conceitos como a “meritocracia” e “vitimismo” de colegas e professores para nós estudantes pretos.

Seguindo a discussão de vivências pessoais na minha trajetória acadêmica, trago as minhas práticas nos campos da Psicologia e Assistência. Fiz estágio em áreas de contextos da Assistência. Algumas vezes as pessoas - tanto da equipe como as pessoas atendidas pela equipe- me confundiam como Assistente Social e não como a estagiária de Psicologia. Para mim isso era significativo, pois as pessoas me enxergavam já como a técnica e não como a estudante, porém esse lugar não era confundido como a Psicóloga e sim como Assistente Social. Essa visão das pessoas sobre mim é compreensível, pois a Psicologia como um dos cursos mais concorridos das universidades é um curso elitista e branco, uma vez que existem poucos negros realizando esse curso. A educação é diferente para cada camada da população e a educação para os negros está mais abaixo da sociedade em geral e essa situação, para as mulheres negras, que na maioria das vezes são as únicas na sala de aula, essa luta fica ainda mais difícil para combater o racismo e o machismo em aula e nos campos de estágios.

Outro ponto a se debater é a invisibilidade, ao não discutir a interseccionalidade raça e gênero. O feminismo negro foi se emancipando, pois o feminismo tradicional, ou seja, o branco não levava em consideração as singularidades das mulheres negras, ou sequer as reconhecia como mulheres (Jesus e Alves, 2012). Entretanto, com a luta por igualdade, se ampliou a percepção sobre quem são as mulheres, além da mulher heterossexual e branca.

O feminismo negro é muito importante para denunciar discursos “inconscientemente” racistas. Mulheres brancas e ricas fazem discursos inadmissíveis sobre outras mulheres e seus filhos. Em uma reunião de gestão uma defensora pública e uma promotora proferiram comentários racistas e preconceituosos sobre outras pessoas, elas mencionavam que o Estado deveria “urgentemente esterilizar” as mulheres pobres, me pergunto a quais mulheres elas estão se referindo? Mulheres pobres? Como mulheres pobres se elas atendem mulheres e adolescentes, na sua maioria das vezes, negros? A defensora deveria defender e proteger os seus clientes, porém é mais fácil ridicularizar e mandar castrar a população pobre.

As Políticas Públicas são ações implementadas pelo estado brasileiro e seu objetivo é a distribuição dos benefícios elaborados por todos os indivíduos igualmente. Segundo Werneck (2010), as Políticas Públicas visam divisões das riquezas (material e imaterial) entre as

peças de maneira igualitária executando sua sustentabilidade. As políticas públicas representam uma retificação das injustiças sociais, pois modificam os atos da população e a conscientiza para mudanças ideológicas, reduzindo a desigualdade social com a intenção de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Porém, as políticas públicas para as mulheres negras devem ser citadas de outra maneira, pois esta é uma camada da sociedade que sofre mais preconceito, pois enfrenta distintas formas de violências incluindo o sexismo e o racismo. Percebe-se cada vez mais a participação das mulheres negras no acompanhamento das políticas públicas.

As modificações na sociedade, no que se refere à equidade de gênero, através de protestos, mobilizações e reuniões, como os movimentos sociais de mulheres por mais direitos políticos e civis. Por sua vez, no movimento das mulheres feministas há inúmeras reivindicações pela a isonomia de salários, combate à exploração e ao assédio sexual e conscientização da violência contra as mulheres. Entretanto, há várias vertentes no movimento feminista. Entre elas está o feminismo negro, feminismo radical, liberal, transfeminismo, entre outros.

As mulheres estão em movimento, atuando e lutando para garantir seus direitos e por mais igualdade entre os seus pares. A conscientização para mudanças e a visibilidade para as demandas das mulheres é importante para o coletivo. Porém, o feminicídio negro é o mais alarmante, pois as mulheres negras compõem o coletivo mais atingido por estes crimes. Segundo Carneiro (2003), o racismo possui uma influência sobre a questão de gênero, o que aumenta as circunstâncias de vulnerabilidade da mulher negra.

Dessa forma, o feminismo deixou de discutir o perfil apenas da mulher branca, casada/heterossexual e com filhos e passou a abranger toda a complexidade do feminino, segundo Jesus (2012, p.5) “...outrora invisíveis: negras, indígenas, pobres, com necessidades especiais, idosas, lésbicas, bissexuais, solteiras, e mesmo as transexuais.” .

Por outro lado, conforme o “Mapa de Violência 2015 – Homicídio de mulheres no Brasil” houve um aumento do homicídio de mulheres negras de 1.864 para 2.875 vítimas, enquanto isso, os homicídios das mulheres brancas caíram de 1.747 para 1.576.

Então, é importante salientar que há diferença entre o feminismo e o feminismo negro. A mulher negra sempre ficou nos bastidores das lutas sociais. As mulheres negras não eram representadas por mulheres brancas que sempre consideravam relevantes somente suas pautas. Enquanto as mulheres brancas lutavam por direitos iguais, as mulheres negras lutavam por direitos fundamentais. Nos debates sobre as mulheres no ambiente do trabalho, por exemplo, fala-se sempre da discriminação da mulher nesses espaços, porém não há nenhuma alusão

sobre a situação da mulher negra no trabalho, por exemplo. Todas as mulheres são iguais? Segundo Bento (2002), mulheres de movimentos sindicais discutem em seminários sobre a discriminação de mulheres no ambiente de trabalho, entretanto, não fazem nenhuma referência sobre as circunstâncias das mulheres negras no trabalho. É importante debater sobre as diferenças dos dois sentidos, que são distintos em função do racismo que a mulher negra sofre e dos privilégios que a mulher branca possui.

Como a autora Arraes no artigo “Feminismo negro: sobre minorias dentro da minoria” retirado do blog Geledés, Instituto da Mulher Negra, aponta: “Enquanto as mulheres brancas buscavam equiparar direitos civis com os homens brancos, mulheres negras carregavam nas costas o peso da escravatura, ainda relegadas à posição de subordinadas...”.

Na falta de representatividade e de escuta percebeu-se uma busca de um movimento diferente, articulando com as questões do movimento negro e assim o fez.

Conforme Carneiro (2003 p. 2):

Esse novo olhar feminista e anti-racista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro.

A mulher era vista como objeto e propriedade do patriarcado. A mulher negra ainda é apresentada como a empregada doméstica, a amante, a mulata do carnaval, questões da nossa herança histórica e cultural que ainda não se modificaram. Autoras, escritoras intelectuais contribuem para sua mudança como: Sueli Carneiro, Isildinha Baptista, Maria Aparecida bento, Carolina Maria de Jesus, Bellhoks, Ângela Davis, Jurema Werneck, Maria Firmino dos Reis, Jarid Arraes, Neuza Santos Souza e Conceição Evaristo, dentre outras autoras.

Neste contexto, a mulher negra está caminhando para obter mais espaço e voz. Essa visibilidade dá-se por haver mais condições e acessibilidade dessas mulheres do que anteriormente, quando eram barradas em alguns espaços como acadêmicos e de trabalho. O ingresso na universidade por meio das cotas e o PROUNI— bolsas destinadas a estudantes com baixa renda para estudar em universidades particulares— contribuem para que isso mude e, junto com outras medidas, tornam-se ferramentas para a reparação com a população negra. Da mesma forma, são ações para reduzir as desigualdades e discriminações que fazem a diferença na vida de muitas pessoas.

A garantia de executar e assegurar as políticas públicas capazes de efetivarem as conquistas sociais para as mulheres negras é um grande desafio, pois há pouca representatividade das mesmas nos espaços públicos e suas demandas não são discutidas de acordo com as suas necessidades. Há um longo caminho para se percorrer; debates, conferências, assembleias são espaços de discussões importantes que também oferecem a possibilidade de mudança.

As políticas públicas são ferramentas relevantes para a correção da dívida histórica do país. As ações como cotas, bolsa família, cesta básica para alguns indivíduos, em sua grande maioria negra, que tiveram seus direitos violados, foi um grande avanço para essa população que tem ocupado diversos espaços da sociedade.

Historicamente a mulher negra no livro *Políticas Públicas para as mulheres negras* cita que: “Tal experiência desenvolvida desde 1992, contribuiu para o fomento da participação negra, em especial de mulheres negras, em diferentes instâncias de monitoramento e avaliação das políticas públicas.”. (WERNECK, 2010, p.2).

A participação da mulher negra em espaços públicos tem ampliado a sua presença e ocupado lugares de interlocução nas políticas públicas a fim de ecoar suas propostas perante a sociedade, tornando seus objetivos mais justos e equânimes.

3. 2- Movimentos Sociais

Um movimento social é um coletivo de ações de pessoas dispostas a combater as injustiças e ameaças de direitos que atingem aos cidadãos através de intervenções políticas, culturais e sociais. Quando se instauram injustiças à população, há uma rede de diálogos e posicionamentos para contrapor e obter mudanças sociais.

Para analisar a minha proposta de visibilizar, é significativo considerar alguns pontos sobre movimentos sociais. Esses movimentos são frentes de luta para modificar algo que não está bom, ou seja, utiliza-se de artifícios para planos de luta e força de certos indivíduos que a sociedade exclui, para então, elaborar propostas para a melhoria de suas vidas e suas demandas compondo com a sua produção de subjetividade. Os movimentos sociais são relevantes para transformação social e portadores de uma nova proposição de estrutura de resolução.

“Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo”. (GOHN, 2011 p.336).

A partir de um Estado opressor, muitos movimentos contra essa coerção, nesse momento emergem através de protestos e passeatas contra o autoritarismo dos governantes. Os interesses da população estão em voga nesses movimentos.

3. 3- Movimento Negro

Com o discurso de alguns colegas do movimento negro que estão lutando desde a implementação das cotas, o curso de Psicologia foi se modificando ao longo desse período, as lutas e ocupações autogestionadas pelos alunos cotistas e negros, foi importante e está sendo construído um novo olhar do fazer da Psicologia na estrutura da proposta de um novo currículo.

O movimento negro se enquadra em um movimento social. O movimento negro vem desde a escravidão denunciar os abusos que os escravos sofriam. Havia vários atores liderando contra o sistema da época, Zumbi do Palmares, líder quilombola é um desses personagens relevantes da história. O negro não era visto como cidadão comum, então nesse período instaurou-se o Movimento Abolicionista, (ALONSO, 2014).

Após a libertação dos escravos, a população viu-se abandonada, sem apoio, dinheiro e rumo. Estes indivíduos passaram a habitar guetos e favelas por falta de oportunidade e foram afastadas dos centros da cidade, atendendo assim, os cidadãos da camada burguesa, elitista, higienista e branca. Por conseguinte, muitos foram para o submundo e lá se perderam. São muitos anos de luta, o que envolve denúncias sobre o mito da democracia racial. O povo negro, recém “liberto” da escravidão viu-se desamparado pela sociedade, e não havia discussão sobre a vida da população negra.

Dessa forma, a população negra inicia uma luta pela igualdade social. Além disso, o combate contra o preconceito e racismo era debatido em alguns centros africanos para a promoção da igualdade racial. A resistência dos movimentos sociais aponta as desigualdades das condições de vida da população negra, ampliando a equidade dos serviços públicos. (Política Nacional de Saúde Integral da População Negra uma Política do SUS).

Como nos movimentos sociais, no movimento negro houve protestos e atos para chamar a atenção da sociedade para essa questão social.

No artigo “O movimento negro no Brasil: lutas e conquistas em prol de uma sociedade equânime” de (Lopes 2014. p.4) afirma que:

“Segundo Sader (1988) o movimento negro pode ser entendido como uma coletividade onde são elaboradas identidades, onde se promulgam práticas através das quais são alicerçados e defendidos interesses, campo onde se expressam vontades, se constituem e reconstituem identidades, onde há

interações e reconhecimentos recíprocos, em um ambiente social com uma composição mutável, intercambiável e coletiva. Sendo assim, pode-se afirmar, mediante essa concepção que enquanto movimento e ao mesmo tempo sujeito político, o movimento negro se veste de carcás, é capaz de produzir um discurso capaz de reordenar enunciados...”.

Hoje em dia, as reivindicações dessa luta referem-se às ações por mais direitos na sociedade e por uma reparação da dívida histórica acima mencionada. A falta de inclusão dessa população em alguns órgãos públicos e políticas públicas são evidentes, e também, é preciso ter uma maior presença do negro no mercado de trabalho e nos campos educacionais, pois o acesso ainda é muito escasso e precário.

Adquirimos espaços nesses anos de batalha, porém ficaram cicatrizes na saúde mental dessa população. É um dever de todos os cidadãos, o olhar mais atento para a questão negra, pois a maior parte da população com vulnerabilidade e abandono nas ruas é predominante de pessoas negras; além disso, o genocídio da população jovem, neste caso, é predominantemente negra e o fato de mais mulheres negras serem vítimas de violência doméstica. São direitos a serem conquistados e direitos para serem discutidos e analisados com a sociedade (Werneck 2010).

Além disso, estudos e pesquisas realizados para averiguar a violência, mostram uma demanda maior de insegurança por parte da população negra, foi apontado que os órgãos encarregados de fornecer este bem público atuam de forma enviesada, prejudicando a população negra. (CRESS.MG).

4- O QUE AINDA NÃO FOI ABORDADO?

Será que a Psicologia conseguiu resgatar os documentos que abordam a Assistência Social, saúde, educação e psicologia articulada com a negritude? Está ocorrendo, através de pesquisas e movimentos sociais, uma tentativa de propiciar reflexão e provocar intervenção em contextos de racismo e desigualdade social, racial e de gênero.

Há um documento como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (BRASIL, 2007) que cita dados importantes que devem ser compartilhados com alunos de graduação e pós-graduação. Nessa política em questão há dados relevantes para a visibilização da discriminação contra a população negra. A Política fala sobre a desigualdade em saúde da população negra decorrente das condições de vida que resultam de "injustos processos sociais, culturais e econômicos presentes na história do País.”. Além de apontar que a população negra possui o lugar das classes sociais mais pobres e de condições mais precárias, ocorre na nossa sociedade, um racismo silencioso e não declarado. O objetivo dessa

cartilha é demarcar estratégias de gestão para a melhoria das condições de saúde desse segmento da população como a promoção de saúde, a participação popular e a formação para trabalhadores.

Na nota técnica sobre as relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os de 2017 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), o documento é uma orientação relevante para o profissional de psicologia de como trabalhamos com a temática: “Formações de cunho teórico, jurídico e político que buscaram, dentre outros aspectos, dar visibilidade para o fato de o racismo causar sofrimento psíquico no(a) negro(a)”. Há um caminho que está sendo construído de conscientização sobre o racismo.

Realizei uma pesquisa sobre as referências do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como, por exemplo, as orientações técnicas, política nacional (PNAS) e tipificação nacional da Assistência Social e outras políticas da Assistência Social e não há nenhuma alusão sobre o racismo ou a negritude nesses materiais. Faço essa analogia por que é algo importante para ser debatido com os usuários e trabalhadores, já que a população usuária negra é majoritária nesses serviços. Além disso, é um material acadêmico, com linguagem rebuscada e de difícil acesso- alguns artigos sobre Assistência Social e Psicologia citam até René Lourau- para a população fora da academia, ou seja, é uma escrita para dentro da academia que não nomeia os usuários, não os cita e apresentam exemplos da família pobre e preta brasileira. Os usuários precisam ter contato com esses materiais, pois eles têm direito a eles. O que também é abordado em trabalhos científicos, é que os profissionais precisam conhecer as famílias e os diferentes arranjos familiares presentes nas camadas sociais, porém não aprofunda quem são esses indivíduos e sua subjetividade. A postura ética vai além disso, levando em conta a raça/etnia, orientação sexual, gênero, religião entre outros.

É importante salientar que há novos caminhos para demarcar, e aprofundar o que ainda não foi discutido em debates e textos e isso deverá ser construído em conjunto com a população atendida nesses espaços.

Surge então um movimento dentro da própria Psicologia, de questionamento das teorizações e práticas psicológicas presentes na academia, levando em conta a realidade brasileira e não afastando assuntos relevantes como o racismo e a população negra.

Outro documento relevante é de Guareschi et all (2013) no livro Interloquções entre a Psicologia e a Política Nacional da Assistência Social, o material aborda estratégias e ações para a redução da desigualdade como a distribuição e ampliação de territórios para grupos socialmente excluídos e menciona questões sobre comunidades quilombola, escravidão e

negros. Materiais como esses são importantes para visibilizar e esclarecer essas questões da população negra.

Portanto, não há muitos materiais científicos abordando as questões sobre o racismo institucional que a população negra enfrenta articulando com a Psicologia e Assistência Social. Porém estão sendo construídas junto com estudantes e profissionais da área, discussões importantes e reflexões acerca desse assunto, além disso, artigos e pesquisas estão sendo encaminhados e debatidos para estudos em ambientes acadêmicos e de trabalho, através de alunos e profissionais negros que estudam a temática.

5- POLÍTICAS PÚBLICAS E COMO A PSICOLOGIA PODE ABORDAR AS QUESTÕES REFERENTES À POPULAÇÃO NEGRA E O RACISMO INSTITUCIONAL

5. 1- Psicologia na Assistência Social

O curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul iniciou em 1973, porém o mesmo foi reconhecido em 28 de junho de 1979.

No livro *Interloquções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social* aponta as mudanças da psicologia após a ditadura militar, após ocorrerem às transformações a partir da constituição de 88.

Durante os anos 80 do século XX, devido ao fim do regime militar e às novas necessidades sociais, intensificaram-se os questionamentos em torno da prática e da formação do psicólogo. Entre as diversas questões colocadas em debate na época, ocupou lugar de destaque a mínima atenção oferecida pelo psicólogo às demandas das classes populares e à pobreza.

Os Psicólogos formados são habilitados para atuar nas políticas públicas e institucionais, nos processos clínicos e avaliação psicológica. Cada profissional obtém a liberdade de se especializar em cada área de seu maior interesse.

A Psicologia na Assistência Social, por exemplo, desconstrói a ideia de uma psicologia em um *setting* clínico, com seus divãs e poltronas, ou seja, as pessoas possuem a imagem do psicólogo mais em um consultório, a psicanálise somente como prática psi, esse conceito vem acompanhado de uma herança elitista e burguesa. O psicólogo na área da assistência é de fundamental importância e rompe com antigos paradigmas, proporcionando a mudança de foco no atendimento, até então tradicionalmente elitista. O profissional de Psicologia no exercício de suas atribuições no CRAS, por exemplo, enfoca o atendimento psicossocial direcionado para uma clínica ampliada, compreendendo as relações além do

indivíduo, abrangendo questões coletivas e políticas tendo como perspectiva as produções de subjetividade do indivíduo e da sociedade. Além disso, a clínica ampliada articula-se com a gestão do local e com o contexto institucional em que estamos inseridos, muitas vezes associado à violação de direitos. Para a população negra essa condição se agrava muito, pois o racismo institucional ainda é evidente.

A inserção da Psicologia na Assistência Social ocorreu após a implementação do SUAS 2005 (Sistema Único da Assistência Social) e a partir da NOB (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos) em 2006. A atuação do Psicólogo na Assistência é algo novo e que está sendo construído. Visto que a clínica e avaliação psicológica eram vertentes fundamentais para a formação do profissional da Psicologia. A Psicologia nos espaços das Políticas Públicas era um viés remoto para prática profissional.

Com as ações, transformações e políticas sociais que a sociedade brasileira viu a necessidade de modificações. Para isso, ampliaram os espaços para a inclusão do profissional da Psicologia no SUAS (Motta e Sacarparo, 2013). Para isso, questionou-se as teorias e práticas psicológicas presentes na academia. Como salientam Motta e Scarparo (2013), considera-se interessante para a área em questão um número maior de investigações, tornando possível cada vez mais o fornecimento de subsídios teórico-metodológicos enquanto ferramenta para a prática na Assistência Social. Assim, a formação e a atuação se inter-relacionam e devem ser revistas, repensadas e a questão do compromisso social deve sim, ser o ponto de partida para mudanças e transformações.

Então, a inserção da Psicologia nas Políticas Sociais Públicas deve-se às transformações sociais e políticas no Brasil, marcadas pelo neoliberalismo e pelo aumento do processo de exclusão social desencadeadas por essas mudanças, as quais fizeram com que a Psicologia questionasse se estava formando profissionais voltados para as reais necessidades da sociedade brasileira (Conselho Federal de Psicologia, 2009).

Os profissionais de psicologia participaram das discussões e mudanças das políticas públicas como a luta antimanicomial.

Além disso, viu-se a necessidade de incluir as demandas e atribuições da produção de subjetividade dos usuários. Provocando a produção de conhecimento e oportunizando outros fazeres psicológicos.

5. 2- Sistema Único de Saúde (SUS) e Assistência Social (SUAS): Igualdade e diferenças

O SUS é uma “Política de Estado” instituído em 1988 na Constituição Brasileira e, como o SUAS, é um direito de todos, ou seja, todos os indivíduos devem ter direito às mesmas condições de cuidado e proteção (TEIXEIRA,2011).

Há poucos artigos que falam sobre afrodescendentes e Assistência Social, esse número diminui quando a pesquisa é sobre psicologia, serviço social e negritude, existem mais matérias abordando esse tema articulado na saúde.

O SUS como o SUAS é um direito de todos os cidadãos brasileiros, ou seja, todas as pessoas devem ter as mesmas condições de atenção, cuidado e proteção, porém a realidade da população brasileira é desigual, pois o fracasso coletivo das instituições desfavorece as camadas mais populares e o racismo institucional afasta a população negra. Esse racismo se mostra através de regras, práticas e comportamentos discriminatórios no cotidiano do trabalho das organizações (CRESS.MG). É relevante promover um atendimento adequado às pessoas por causa da sua cor como dever constitucional.

5. 2. 1- Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

SUS

Na Constituição de 1988, o SUS é um “direito de todos e dever do Estado”. O documento aponta que o papel do sistema é ofertar as intervenções ligadas à atenção à saúde para sociedade.

Segundo o artigo de Pires e Braga (2009), a inserção da psicologia na saúde pública não se deve limitar apenas à saúde mental nas práticas que atendem as necessidades da população em seu contexto integral. Deve-se repensar os campos de práticas e de saberes, com o intuito de criar novas estratégias de formação para os profissionais da saúde. A meu ver, essas novas táticas incluem a compreensão da humanização na assistência da população negra para ocorrer menos evasão das pessoas e mais cuidado aos indivíduos. Além disso, o mesmo texto aborda apenas o assunto do “contexto social” não aprofundando quais são esses contextos e quem faz parte dessa conjuntura. Por outro lado, no livro *Interlocuções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social* (2013), no texto: É preciso incluir! Políticas públicas e o imperativo da inclusão de Hillesheim tem como mote o programa mais saúde, traçando estratégias e ações para a redução das desigualdades como, por exemplo, a distribuição e ampliação de territórios visando mais acesso à saúde, assim como atenção a grupos socialmente excluídos (negros, quilombolas e população em situação de rua). Essa inclusão é entendida com o acesso saúde que está relacionada com a qualidade de vida. Então,

compete aos serviços de saúde garantir atendimentos adequados, que reduziriam essa vulnerabilidade.

Entretanto, a saúde, diferente da assistência aborda demandas relevantes sobre as questões da raça/etnia negra em seus documentos, apontando as vulnerabilidades e as desigualdades raciais.

Um dos princípios do SUS é a igualdade racial, ou seja, a equidade, identificando, assim, os fatores que perpassam as condições da pobreza - considerando a raça/etnia como causa de preconceito racial, gerando a exclusão e a disseminação de doenças do povo negro.

Existem algumas doenças que acometem à população negra, algumas enfermidades de origem genética como as doenças: Anemia Falciforme, Glaucoma, Diabetes Mellitus entre outros. Além disso, a população negra sofre com outros problemas psíquicos (dor ancestral), afetando sua produção e inserção social.

A política enfatiza que os serviços devem respeitar e apresentar, para as diversas camadas da população, tratamentos específicos a fim de diminuir as vulnerabilidades da população. Além disso, um dos princípios do SUS é o tratamento humanizado e sem nenhum tipo de discriminação com os indivíduos, porém algumas pessoas mais vulneráveis sentem que sofrem preconceitos por parte dos trabalhadores que atuam em alguns serviços.

No caso da população negra, isso se dá pelo processo histórico de exclusão social, econômica, política e cultural a que foi submetida (KALCKMANN,2007, p.153).

Outro tópico relevante a mencionar, é sobre a saúde da mulher negra e sua escassez sobre o assunto nas pesquisas e nos currículos de cursos das universidades. Segundo Werneck (2016)

A saúde da mulher negra não é uma área de conhecimento ou um campo relevante nas Ciências da Saúde. É inexpressiva a produção de conhecimento científico nessa área e o tema não participa do currículo dos diferentes cursos de graduação e pós-graduação em saúde, com raríssimas exceções. Trata-se de assunto vago que, na maior parte dos casos, é ignorado pela maioria de pesquisadoras e pesquisadores, estudantes e profissionais de saúde no Brasil.

No I Encontro Estadual sobre a Política de Saúde da População Negra no Rio Grande do Sul, abordou a importância do movimento de mulheres negras, pois lutaram no movimento da reforma sanitária em 1986 e na carta constitucional em 1988, na época as pautas pelas questões específicas da saúde da mulher negra, em especial àquelas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, deveu-se pela pressão do movimento de levar em consideração as propostas inerentes à população negra.

SUAS

A imagem do Psicólogo no SUAS ainda está sendo construída.

A rede da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) define a assistência como direito à proteção social e objetiva a consolidação dos direitos sociais a todos que dela necessitam.

O Sistema Único da Assistência (SUAS) organiza seus eixos por complexidade, ou seja, propõe composições articuladas entre si: a Proteção Social Básica (PSB) que atua com a prevenção de situações de risco social (CRAS), a Proteção Social Especial (PSE) que abrange a média e alta complexidade, que compõe os abrigos residenciais e os CREAS onde o risco já está instaurado. O trabalho ocorre através de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza com precário acesso aos serviços públicos e/ou fragilização de vínculos afetivos.

A imagem da Psicologia no SUAS está sendo construída. A imagem da psicóloga é ligada ao *setting* psicanalítico acompanhada de uma herança elitista e burguesa. A Psicologia na Assistência é construir possibilidades e demandas, estratégias junto aos usuários que buscam os serviços. Além disso, há inúmeras razões que devem ser levadas em consideração como as questões raciais, pois são indivíduos com menor renda, desemprego, baixa escolaridade e menos condições de moradia e dificuldade aos acessos dos serviços públicos.

Nas orientações técnicas do CRAS (2009), é relatado que as famílias têm direito à escuta, à informação, à defesa, à provisão direta ou indireta ou ao encaminhamento de suas demandas de proteção social asseguradas pela PNAS.

Apontar as desigualdades raciais na assistência é um recorte necessário para a população negra buscar um acesso diferenciado e mais perceptível para melhores condições de cuidado.

Após a Constituição Federal em 1988, é publicado em 1993 a Lei Orgânica de Assistência Social. Entretanto, o desmonte atual da Assistência Social é algo preocupante para o nosso trabalho, é um momento crítico para a população que acessa esses serviços e que delas necessitam para sobreviver.

Faço uma análise que a política atual tem uma participação importante para a desarticulação da assistência. Os trabalhadores, estudantes e atores da política contrária à vigente, estão criando resistências e lutas para enfrentar essa situação lamentável. Estão sendo realizadas reuniões e audiências para tentar combater essa fragilidade e articular com o Estado

para reverter esse contexto atual, porém não há diálogo. É necessário que a população se una para denunciar a precarização e para ouvir respostas concretas dos nossos gestores e políticos. Com essa cena instável, incide a prejudicar todos os envolvidos, isto é, trabalhadores terceirizados estão sem os seus empregos, os concursados aprovados não foram e nem vão ser chamados por “falta de verba”, entre outras questões que atrasam o trabalho. Os CREAS e CRAS estão sem luz e sem materiais para manter um trabalho adequado, a população sem assistência e a política pública essencial está sendo desconfigurada.

O site oficial do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) não contempla de uma maneira mais objetiva as questões referentes à raça/etnia, apenas faz a alusão à propaganda do (des)governo atual sem mencionar as distinções da população brasileira. Pesquisei nesse site com as palavras-chave: negro, raça e racismo e encontrei apenas dois artigos, número pequeno pela urgência e a importância do debate sobre o tema. Além disso, não há uma especificidade sobre as vulnerabilidades, racismo ou desigualdades racial no site.

5. 3- Raça e etnia negra

Nesse momento há controvérsia sobre qual termo é o correto, atualmente ainda ocorre um debate sobre a forma correta das expressões: raça ou etnia.

Segundo a nota técnica do CFP (2017), a raça descreve o corpo e o fenótipo. A raça é a percepção em que os sujeitos se reconhecem como semelhantes ou diferentes, o termo utilizado no marcador social é raça, enquanto a etnia menciona a construção simbólico-cultural de elementos que ligam os sujeitos em um mesmo grupo, ou seja, é um corpo social mais específico. Como não há uma única construção sociocultural, é complexo em falar de etnia negra sem falar de raça.

A discriminação étnica é um desdobramento da discriminação racial. As potentes dimensões culturais e religiosas de negros e indígenas são reprimidas em função do racismo que implica no composto entre corpo, mente e cultura.

Em ambientes do nosso cotidiano, seja acadêmico ou ambientes de trabalho, público ou privado, algumas pessoas referem que mencionar o quesito raça ou etnia vai perpetuar mais a discriminação e a desigualdade. O argumento desses indivíduos aponta que o marcador não descreve o que as pessoas são socialmente e que “todos somos iguais”, entretanto eu não concordo com essa afirmação, pois as pessoas são diferentes e têm seu modo de agir e pensar diferente e assim perpetua-se o racismo institucional, pois desconsidera o sofrimento que a população negra carrega consigo. Além disso, nem todos os indivíduos possuem privilégios

perante a vida, e, também, negar que há o racismo apresenta uma leitura leviana sobre as diversidades sociais e sobre as desigualdades raciais, não respeitando a singularidade de cada pessoa.

5. 4- Racismo Institucional

O Racismo Institucional é o resultado de metodologias que procedem de tratamentos desiguais entre os indivíduos e que provoca a exclusão de determinadas parcelas ditas “inferiores” da população provocando o seu afastamento e aumentando a sua vulnerabilidade. O Racismo Institucional segundo a nota técnica do CFP e CREPOP (2017, p.48), aponta que a prática é uma violação de direitos da população negra. Esse tipo de racismo é instalado e efetuado em órgãos públicos e privados do país, essa conduta é marcada pelo tratamento diferenciado, desigual com os indivíduos, apontando o descuido do Estado em fornecer assistência proporcional a todos os cidadãos, pois, dessa maneira, propaga a desigualdade social e racial.

Na perspectiva de Werneck (2016) o racismo institucional é uma prática presente na execução das políticas públicas que implica as pessoas e grupos, intervindo nos campos culturais, políticos e éticos. Assim sendo, são “estruturas, políticas, práticas e normas capazes de definir oportunidades e valores para pessoas e populações a partir de sua aparência atuando em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e institucional” (Werneck, 2016, p.541).

O racismo são as discriminações perante a aparência, dita hegemônica, através de um controle midiático e estereotipado que compõe as pessoas brancas e com cabelo liso, desconsiderando outros fatores que compõem o indivíduo.

A política nacional de saúde integral da população negra (BRASIL,2007) menciona que:

O racismo institucional constitui-se na produção sistemática da segregação étnico-racial, nos processos institucionais. Manifesta-se por meio de normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, resultantes de ignorância, falta de atenção, preconceitos ou estereótipos racistas. Em qualquer caso, sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios produzidos pela ação das instituições.

Perpetuando essas práticas, a população negra confronta-se com insegurança da violência e a injustiça social, enfrentando a intolerância e o desrespeito diariamente.

Muitas vezes, também, o racismo é inconsciente, inserido nas nossas mentes através de um discurso que vai além da nossa compreensão, onde a política e a mídia são os maiores atores que provocam essa desigualdade.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi difícil delinear esses rabiscos, escrever esse trabalho, formar uma linha, juntar todas as ideias. Já pensei em desistir do meu TCC como já desisti do meu primeiro curso. Foram anos intensos, dolorosos e de muito aprendizado. Sou uma sobrevivente e vou continuar lutando pelos meus ideais. A minha família sempre me lembrou que esse lugar é meu por direito. Além disso, muitas pessoas me impulsionaram, supervisoras que confiaram no meu trabalho e não me deixaram desistir, colegas que se tornaram amigos que muitas vezes sem saber me fortaleceram. Nesses anos de academia, compartilhamos gestos, palavras, sentimentos, olhares, o silêncio que fala, revela e conforta.

A importância de escrever o TCC já é uma resistência e luta que aumenta nosso fortalecimento, pois o meu TCC é um dispositivo para transmissão da realidade, que incentiva discussões no ambiente acadêmico e órgãos públicos onde a população negra é majoritária. Falar de raça nesses espaços não precisa mais ser um tabu.

Nas resistências, há as transformações em função do Movimento Negro em que somos inseridos na tentativa de dar visibilidade às representatividades da população negra.

Para mim, escrever o TCC da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, já demonstra uma resistência e luta onde apresenta uma prova de um ato político sobre o racismo e as desigualdades sociais.

A mulher negra é sempre vista como a força que suporta qualquer adversidade. A resistência de seguir é uma luta sobre a não imposição de ocupar lugares subalternos onde somos obrigados a permanecer, é importante ecoar essa consciência para nossa identidade e imposição de uma sociedade inconscientemente racista e patriarcal.

Porém, adaptar-se em uma universidade elitista e branca foi penoso, a solidão e o sofrimento psíquico me acompanharam por muitos anos, não desisti por outras Simianinhas que buscam e têm o direito de entrar na Universidade, que por direito o lugar pertence a elas.

O objetivo principal do meu trabalho, foi provocar uma desconfortação e, ao produzir esta tensão, propiciar a reflexão sobre o tema racismo e alcançar a visibilidade que tanto nomeio ao longo da minha escrita sobre o racismo institucional. Tencionar a reflexão sobre a

realidade da população negra e da mulher negra que passa por múltiplas adversidades para sobreviver é um longo passo a ser construído coletivamente.

Meu trabalho foi visibilizar o racismo institucional presente nas universidades e órgãos públicos por onde passei. É relevante denunciar a discriminação e conscientizar os trabalhadores que atendem a população negra a terem um cuidado mais condizente com a realidade dos indivíduos, ou seja, onde a vulnerabilidade é mais evidente e levar em consideração o marcador social como raça e gênero faz uma diferença para o bem estar dos indivíduos.

Para isso, é importante ter a consciência que as famílias em qualquer camada social e racial apresentam um contexto de produção de subjetividade diferente, é importante, também, sinalizar o nosso inconsciente racista e tentar modificar as nossas práticas de agir com as pessoas que necessitam de um maior cuidado.

Dada à importância do assunto, torna-se necessário dar visibilidade ao racismo institucional, é necessário esse olhar, para melhorar as condições de trabalho, seja acadêmico ou nos serviços públicos.

Além disso, em meu trabalho pude levantar dados sobre a revisão em artigos e políticas sobre a população negra nos serviços públicos, como na saúde e assistência e pude perceber a escassez de materiais que abordam a realidade das pessoas que são atendidas em órgãos públicos e acadêmicas. Esses dados são alarmantes, pois há insuficientes pesquisas relacionadas ao assunto, dessa forma perpetua-se o racismo nas instituições e não se provocam debates sobre o racismo no ambiente acadêmico para o atendimento adequado aos seus usuários e pacientes.

Porém, nos últimos anos, muito se avançou nos debates sobre a igualdade racial e de gênero no país, porém ainda precisamos discutir mais essa temática para cessar a violência em que vivemos e criar metodologias para se vincular a população e denunciar o racismo institucional.

É necessário que os psicólogos tenham uma atenção implicada com as necessidades da população negra. Para isso, deve-se discutir sobre práticas apropriadas na academia e nos diversos serviços, considerando o recorte racial respeitando a produção de subjetividade de cada indivíduo para contribuir com um olhar diferenciado de igualdade para a população negra.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Para educar crianças feministas: um manifesto /tradução Denise Bottmann.— 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ALONSO, Ângela. O abolicionismo como movimento social. *Novos estudos EBRAP*, 100 115-127.2014.
- ARRAESNO, Jarrid. Feminismo negro: sobre minorias dentro da minoria. Geledés Instituto da Mulher Negra fundada em 30 de abril de 1988. Feminismo negro: sobre minorias dentro da minoria. Disponível em <www.geledes.org.br/feminismo--sobre-minorias-dentro-da-minoria-por-jarid-arraes> Acesso em 12/03/2017.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil In: *Psicologiasocialdoracismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / IrayCarone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis,RJ:Vozes, p. 25-58, 2002.*
- BERTONHA, Ivone. Movimento Abolicionista Brasileiro na Luta Internacional contra a Escravidão. (A correspondência de Joaquim Nabuco com os abolicionistas ingleses). 2011. ANAIS DO V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. Disponível em www.cih.uem.br/anais/2011/?l=trabalhos&id=276> Acesso em agosto de 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 292 p. 1988.
- BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente (1990). Estatuto da criança e do adolescente : Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.
- BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. 2004
- BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR. 2007.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília. 2009a.
- CARNEIRO Sueli. Enegrecer o feminismo; a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In (org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro, Takano Ed. 2003.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados* 17(49), São Paulo, USP, 2003, pp.117-133. 2003.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017. 147 p.
- COIMBRA, C. M. B. & Nascimento, M. L Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?Revista de Estudios sobre Juventud, ano 9, 22, 338-35, 2005.
- COSTA, Gracyelle. O serviço social e as relações étnico-raciais e de gênero na política de assistência social. 2016.
- CRESS. Especial Consciência Negra - A questão racial é na verdade uma questão da sociedade 20/11/2013. Disponível em <http://www.cress-mg.org.br/Conteudo/aee212eb-221e-4299-bb59-ff7ab7d5efd2/Especial-Consci%C3%Aancia-Negra---A-quest%C3%A3o-racial-%C3%A9-na-verdade-uma-quest%C3%A3o-da-sociedade>> Acesso em maio de 2017.
- CUNHA, Gustavo Tenório. A construção da clínica ampliada na atenção básica. São Paulo: Hucitec, 2005.
- CUTI. Quem tem medo da palavra negro. *Revista Matriz*, Porto Alegre, nov. 2010.

GELEDÉS-INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Racismo institucional: uma abordagem conceitual. Brasil: 2013. <https://www.geledes.org.br>

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação. V. 16 n. 47. Rio de Janeiro mai./agos, 2011.

GUARESCHI et all. Interloquções entre a psicologia e a política nacional de assistência social [recurso eletrônico]- Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes; ALVES, Hailey. #Feminismo transgênero e movimentos de mulheres. UNINOVE/S-citação da citação 2012.

KALCKMANN Suzana et alii. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS?. Saúde e Sociedade, v. 16, n. 2, p. 146-155, 2007

LOPES, Robson da Silva. O movimento negro no Brasil: lutas e conquistas em prol de uma sociedade equânime. Disponível em: <http://www.pordentrodofafrica.com/cultura/o-movimento-negro-brasil-lutas-e-conquistas-em-prol-de-uma-sociedade-equanime>> Acesso em junho de 2017.

Ministério de Desenvolvimento Social. MDS. Disponível em mds.gov.br> Acesso em outubro de 2017.

MOTTA, R. F.; SCARPARO, H. B. K. A Psicologia na Assistência Social: transitar, travessia. Psicologia & Sociedade, 25, n. 1, p. 230-239, 2013.

Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. O corpo da mulher negra. Pulsional Revista de Psicanálise, ano XIII, no 135, 40-45 p. 40-45, nov.1999.

OLIVEIRA, Luma. Mulher negra e Universitária. Blogueiras negras. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2013/06/11/mulher-negra-universitaria>. Acesso em agosto de 2017.

PIRES A. C. T., & Braga, T. M. S. O psicólogo na saúde pública: formação e inserção profissional. Temas de Psicologia, 17(1), 151-162. 2009.

Política nacional de Saúde integral da População negra : uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 36 p. 2013.

RODRIGUES, L. ; CRUZ, Lilian ; GUARESCHI, NEUZA . A centralidade do vínculo familiar e comunitário nas políticas públicas de assistência social.. In: Lílian Rodrigues da Cruz, Luciana Rodrigues, Neuza M. F. Guareschi. (Org.). Interloquções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social. 1ed.Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

ROMAGNOLI, R. O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade, v.2, n.1, p.120-132, 2012.

SOUZA, Arivaldo Santos de. Racismo institucional: para compreender o conceito. Revista da ABPN. v. 1, n. 3 – nov. 2010 – fev. 2011, p. 77-87. 2011.

TEIXEIRA, Carmen. OS PRINCÍPIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Texto de apoio elaborado para subsidiar o debate nas Conferências Municipal e Estadual de Saúde. Salvador, Bahia. Junho de 2011.

TIMM, Flávia Bascuñán; PEREIRA, Ondina Pena; GONTIJO, Daniela Cabral. Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 11, n. 22, p. 247-259, dez. 2011 .

UFRGS.Saúde da população negra. Disponível em > <https://www.ufrgs.br/radiowebsaude/2013/10/05/saude-da-populacao-negra-um-recorte-necessario-na-busca-da-equidade-e-do-acesso-humanizado-aos-servicos-de-saude>. Acesso em outubro de 2017.

WASELFSZ, Julio Jacob. Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil. 1ª Ed. Brasília-DF. Flacso – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. p. 2015

WERNECK, Jurema. Políticas públicas para as mulheres negras. Passo a passo, defesa, monitoramento, e avaliação de políticas públicas. Rio de Janeiro, Criola, 2010.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. 2016. Rev Saude Soc, v.25, n.03, p. 535-549. 2016.